

ACTA NÚMERO SETE

ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BELMONTE, REALIZADA EM CATORZE DE DEZEMBRO DE DOIS MIL E SEIS.

Aos catorze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas 17:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Aos catorze dias do mês de Dezembro de dois mil e seis, pelas 17:00 horas, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Belmonte, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal Manuel Tomás Galdes, comigo o Senhor António Manuel Evaristo Duarte primeiro Secretário da Mesa e o Senhor Artur Alberto Mendes de Elvas Segundo Secretário da Mesa.

Eleitos do PS: Alfredo Guerra Martins, Catarina Alexandra Teixeira Mendes, Joaquim Robalo Amaro;

Eleitos do PSD: Acácio Nunes Bernardo Dias, António Luís Nave D'Elvas, António Pinto Serra, Francisco António Afonso Barata Silveira, José Carlos Dias Duarte Gonçalves;

Eleitos da CDU: Maria Dulce Ribeiro Pinheiro;

Presidentes de Juntas eleitos do PS: Carlos Manuel Teixeira Amaro Presidente da Junta de Freguesia de Maçainhas e Manuel Firmino Cameira Presidente da Junta de Freguesia de Inguias;

Presidentes de Juntas eleitos do PSD: Paulo Jorge Dias Duarte Gonçalves Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

O Senhor Presidente Assembleia após ter verificado que existia quórum deu início à sessão e leu o edital que deu origem à convocatória, informando a Digníssima Assembleia iria funcionar com 15 presenças, registando-se a ausência da Senhora Deputada Maria da Graça Pedruco Paulo Amaro, da Senhora Deputada Maria Manuela Martins Sampaio, do Senhor Deputado José Martins da Fonseca, do Senhor Vitor Manuel Mendes Alves Presidente da Junta de Freguesia de Caria e do Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

De seguida propôs à Assembleia as seguintes alterações à ordem de trabalhos:

Que o ponto 1 "Aprovação da acta da sessão anterior" passaria a ter a seguinte redacção: "Aprovação das actas das sessões anteriores", o ponto 4.2 "Contratação de Empréstimo a Longo Prazo" passaria a ser o ponto 4.3 da ordem de trabalhos e o ponto 4.3 "Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Belmonte e criação de medidas preventivas, com vista à construção do Complexo Desportivo de Belmonte" passaria ser o ponto 4.2.

Tendo a Assembleia aprovado por unanimidade as alterações propostas à ordem de trabalhos.

De seguida leu a ordem de trabalhos que com alterações introduzidas, que se transcreve:

- 1 - Aprovação das actas das sessões anteriores;
- 2 - 1º Período de intervenção dos senhores munícipes;
- 3 - Período antes da ordem do dia;
- 4 - Período da ordem do dia;
- 4.1 – Informações do Presidente sobre a actividade municipal e situação financeira do município;
- 4.2 – Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Belmonte e criação de medidas preventivas, com vista à construção do Complexo Desportivo de Belmonte;

4.3 - Contratação de Empréstimo a Longo Prazo;
4.4 – Apresentação, discussão e aprovação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007;

5 – 2º Período de intervenção dos Senhores Municípes.

1 - APROVAÇÃO DAS ACTAS DAS SESSÕES ANTERIORES:

LEITURA E APROVAÇÃO DA ACTA DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 30 DE JUNHO DE 2006.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria proceder à apreciação e votação da acta da Assembleia Municipal de Belmonte, realizada em 30 de Junho de 2006.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria aprovar a acta, com 13 votos a favor tendo-se absterido da votação o Senhor Deputado Acácio Bernardo Nuns Dias e a Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro por ausência na sessão ordinária de 30 de Junho de 2006.

De seguida informou que naquele momento se registavam 16 presenças, com a comparência do Senhor Deputado José Martins da Fonseca, e passou à votação da acta da sessão ordinária realizada em 29 de Setembro de 2006.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por maioria aprovar a acta, com 15 votos a favor tendo-se absterido da votação a Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro por ausência na sessão ordinária realizada em 29 de Setembro de 2006.

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que iria passar ao ponto de 2 da ordem de trabalhos:

2 – 1º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNÍCIPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente, não tendo havido intervenções.

3 - PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

O Senhor Presidente da Assembleia declarou que estavam abertas as inscrições para o período antes da ordem do dia e informou a Assembleia que naquele momento se registavam 18 presenças.

De seguida deu a palavra aos intervenientes.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou uma moção.

“Moção:

Não ao encerramento do Posto da GNR de Caria

Nos últimos dias, a imprensa nacional deu eco de um estudo encomendado pelo Governo PS sobre a reorganização das forças de segurança. De acordo com os dados, o estudo aponta para o encerramento de esquadras da PSP e Postos da GNR. No caso desta última, o critério definido para o encerramento é o de que os postos territoriais da GNR com menos de 12 efectivos deverão ser extintos, o que é o caso do Posto de Caria.

Sem por em causa a necessidade de reestruturação das forças de segurança, a verdade é que o critério utilizado, no caso, "*nº de efectivos*", é um argumento que decorre da lógica

pura e dura da contabilidade governamental, cuja concretização em especial no interior do país, tem vindo a determinar o encerramento de inúmeros serviços públicos junto das populações contrariando em muitos casos, o esforço local para inverter as tendências de desertificação humana e de degradação das condições de vida.

O Posto da GNR de Caria, cuja existência data de várias décadas, cerca de 50 anos, tem exercido uma função importante apesar dos meios e dos efectivos nem sempre corresponderem por exemplo, ao território que cobre e às dificuldades que a vida e o progresso naturalmente colocam no domínio da segurança. Contudo, hoje dispõem de melhores instalações, bem situadas, e a sua presença é reconhecidamente um factor importante para a localidade, porque reforça a sua centralidade e para a população, porque beneficia dessa proximidade.

A verdade é que o eventual encerramento do Posto de Caria representaria um rude golpe não apenas nas aspirações da Vila, mas de todo o concelho, que passaria efectivamente, a ter um só, e apenas um, centro urbano. Mais importante, é o facto de que a esse encerramento corresponderiam menos condições para atrair e fixar pessoas e para garantir mais apoio quer às populações mais idosas quer às populações mais carenciadas.

Neste sentido e considerando que é dever constitucional do Estado promover a segurança dos cidadãos, a Assembleia Municipal de Belmonte, reunida a 14 de Dezembro de 2006, delibera:

- Que o executivo da Câmara Municipal solicite ao Governo, com carácter de urgência, as necessárias explicações sobre quais as suas intenções relativamente ao Posto da GNR da Freguesia de Caria.

- Reivindicar o reforço de efectivos como forma de permitir uma resposta ainda mais eficaz na organização e acção concreta a desenvolver;

- Manifestar desde já ao Governo a sua plena discordância com a proposta de eventual encerramento;

- Recomendar ao Município que por todos os meios ao seu alcance, em parceria com a freguesia de Caria, desenvolva todas as diligências junto do Governo, Ministério da Administração Interna, Comando Geral e Territorial no sentido da defesa da manutenção e dignificação do Posto da GNR de Caria.

A Eleita da CDU."

O Senhor Presidente da Assembleia deu início ao período de discussão da moção apresentada.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) em relação à moção apresentada disse:

"Relativamente a esta moção, obviamente é simpático o tema, simplesmente não votarei contra, mas, também não posso votar favoravelmente. Não votarei contra porque tudo quanto seja pugnar por aquilo em que a manutenção do Posto da GNR de Caria combata a desertificação, se é que a manutenção de um posto da GNR combate a desertificação, obviamente se a combater, voto favoravelmente esta moção. Estou convencido que não depende do Posto da GNR de Caria o combate à desertificação. Mas, só saberá se é um golpe ou um rude golpe depois de saber quais são os critérios e depois de uma análise mais profunda sobre que inconvenientes tem isso para a região e para o país e que convenientes tem para a região e para o país a sua manutenção.

Não tenho ideias acabadas sobre isso, por isso não votarei favoravelmente nem contra esta moção porque para isso teria que me documentar e ponderar muito bem o assunto, sobretudo sobre as razões e motivações do Governo para extinguir o posto."

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria votar a moção.

Tendo a Assembleia Municipal deliberado por maioria aprovada a moção, com 5 votos a favor do PS, com 7 votos a favor do PSD e com 1 voto a favor da CDU, tendo-se absterido da votação 5 membros do PS.

O Senhor Presidente da Assembleia fez uma declaração de voto com o seguinte teor:

"Entendi que deveria votar favoravelmente porque em geral para o Concelho de Belmonte e em particular para Caria é muito importante a manutenção do Posto da GNR".

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte.

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte apresentou uma Declaração de Congratulação pelos 30 anos do Poder Local em Portugal:

"Em nome do Grupo Municipal do PS de Belmonte, congratulamo-nos por podermos estar hoje aqui nesta Assembleia Municipal a referirmo-nos às comemorações do trigésimo aniversário do Poder Local, ou seja a referirmo-nos à opção por um poder autárquico eleito democraticamente.

Faz todo o sentido invocar aqui uma data, com a qual nos regozijamos não só porque o poder deve estar onde está, (no povo) mas também porque o poder só existe para servir a comunidade. Só um poder de proximidade será capaz de conhecer as aspirações e os anseios dos cidadãos.

Ao fim deste trinta anos, é francamente positivo o balanço que todos fazemos do poder local, até porque o êxito do poder local assentou na relação democrática de proximidade criada entre os autarcas e as populações.

Hoje, quando se fala de municipalismo, discutimos Finanças Locais e Planeamento, os dois pilares que consideramos de maior importância nesta área. Mas como será o futuro do municipalismo em Portugal?

Queremos um Poder Local moderno ao serviço das populações e do País, do Governo que tem responsabilidades nacionais e que sabe perfeitamente, que o desenvolvimento passa pelo Poder Local, queremos que reconheça que esse desenvolvimento só é possível se houver, de facto, transferência de competências e a respectiva transferência de meios financeiros.

Na parte que diz respeito às Juntas de Freguesia congratulamo-nos com a nova Lei das Finanças Locais porque sabemos que integra pelo menos dois pontos positivos para as nossas Juntas de Freguesia: As receitas Fiscais via IMI em relação aos prédios rústicos, e a futura transferência de competências e meios financeiros directamente do poder central.

Também sabemos que irão surgir imensos desafios com que a modernidade nos irá confrontar, mas estamos convictos que o municipalismo saberá dar resposta adequada a esses desafios, porque sabemos que ninguém melhor do que os eleitos locais pode assumir estes.

Também por esses sabemos que a nossa participação neste processo é indispensável.

É esse o espírito que nos anima. Será esse o caminho que iremos prosseguir."

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte:

"Apraze-nos verificar e congratulamo-nos que entidades patronais, operários, sindicatos e governo tenham conseguido estabelecer um calendário de aumento substancial e justo do salário mínimo nacional".

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) relativamente a anterior intervenção disse:

"Também é justo que se reafirme que essa concertação social só foi conseguida por duas razões. Primeiro, foi a luta que os trabalhadores têm vindo travar durante um longo período, manifestando-se expressivamente por aquilo que são as forças da razão. Em segundo lugar também a acção que a CGTP tem tido no plano institucional, através da proposta para que até 2011 os trabalhadores vissem o seu salário mínimo atingir os 500 euros, pelo que consideramos que se não fosse esse forte impulso dado por essas duas vertentes, este acordo na concertação social não teria sido possível."

De seguida o **Senhor Presidente da Assembleia** informou que se iria passar ao ponto do período da ordem do dia.

4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA

4.1 – INFORMAÇÕES DO PRESIDENTE SOBRE A ACTIVIDADE MUNICIPAL E SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MUNICÍPIO

O Senhor Presidente da Assembleia começou por dar a palavra à Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) no que concerne a actividade municipal começou por colocar algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal:

Que gostaria de ser informada relativamente ao traçado que está definido para a Variante Nascente a Caria;

Que gostaria de saber qual o ponto de situação relativamente à ocupação dos lotes no Parque Industrial e Empresarial de Belmonte?

Que gostaria de saber a quem pertencem ou pertenciam os terrenos onde está ser edificado o futuro lar de idosos de Caria, se são particulares, municipais, da freguesia, ou de quem são?

Disse ainda que se congratulava pela candidatura ao Programa da Cultura com vista à musealização do Assentamento Romano da Quinta da Fórnea;

De seguida fez algumas recomendações:

Recomendava à Câmara que fossem substituídas as placas de sinalização vertical que foram colocadas no Ginjal e na Gaia, pelo facto de serem de dimensões reduzidas e de fraca visibilidade, bem como difícil percepção;

Recomendava à Câmara que fizesse uma análise de quais as razões que leva as pessoas a adquirir lotes particulares em detrimento dos lotes municipais, uma vez que há mais construção nos loteamentos particulares do que nos municipais;

Relativamente às estradas municipais, alertou para o facto de algumas apresentarem um forte estado de degradação, pelo que se recomenda a sua reparação;

Alertou também para o problema da Rua dos Bombeiros Voluntários, em que por vezes o trânsito nesta via se torna caótico ficando intransitável, derivado à forma desordenada do estacionamento que ali se faz, pelo que era necessário fazer alguma coisa no sentido de ordenar o estacionamento irregular que se faz naquela via.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara.

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas, e disse o seguinte:

“Relativamente ao Projecto da Variante Nascente a Caria, não existe ainda um traçado definido, uma vez que está agora em fase de adjudicação do projecto, pelo que esperamos pelas soluções que os técnicos irão apresentar, para posterior análise e discussão da opção mais apropriada e viável;

Em relação ao Assentamento Romano da Quinta da Fórnea, estão a desenvolver-se conversações com o proprietário dos terrenos no sentido criar um acesso a este espaço para que possa ser visitado em termos turísticos;

No que concerne às placas colocadas nos cruzamentos de Ginjal e na localidade de Gaia, estas foram colocadas pela Direcção de Estradas de Castelo Branco, uma vez que é da sua responsabilidade a sinalização e manutenção desta via;

Relativamente à aquisição de lotes nos loteamentos municipais, tem havido alguma procura, mas desconhece as razões que levam as pessoas a optarem pelos loteamentos privados;

Em relação a degradação das estradas municipais, esclareceu que esta autarquia tem feito um grande esforço no sentido de as manter em excelentes condições de conservação, apenas existe uma que talvez não esteja em tão bom estado, mas essa é uma estrada Regional E.N. 18-3, que está afectada à Direcção de Estradas de Castelo Branco.

Em relação à Rua dos Bombeiros Voluntários estão-se a fazer vários estudos para a resolução do ordenamento daquele espaço de circulação, mas a curto prazo não existem soluções para aquele problema;

Quanto ao Parque Industrial e Empresarial de Belmonte informou que estão cerca de 50 % dos lotes escriturados, havendo ainda outros em fase final para o fazerem;

Relativamente ao espaço onde esta ser construído o lar de idosos em Caria, aqueles terrenos são municipais."

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) no seguimento dos esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente disse que embora a construção do lar seja uma construção particular, construída em terrenos municipais a Câmara Municipal não deve alhear-se de responsabilidades e tem que intervir no sentido de acelerar o processo de construção, uma vez ser tão necessário ao concelho e a freguesia de Caria.

De seguida a Senhora Deputada apresentou um requerimento:

"Requerimento:

Ao abrigo das disposições legais em vigor solicito a V. Exa. o protocolo de cedência e de utilização do terreno onde está a ser construído o futuro Lar de Caria.

A Eleita da CDU."

O Senhor Presidente da Assembleia informou que iria passar ao ponto seguinte:

4.2 – SUSPENSÃO PARCIAL DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE BELMONTE E CRIAÇÃO DE MEDIDAS PREVENTIVAS, COM VISTA À CONSTRUÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO DE BELMONTE;

O Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o período de inscrições para discussão do ponto supra referido e informou que naquele momento se registavam 20 presenças.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse:

"Não conheço o processo e o que me parece é que seria desejável que o PDM fosse suspenso numa área maior, porque se receia que possam vir a construir "à pressa" em redor da zona que agora fica afectada ao futuro complexo, pelo que a médio e longo prazo seria útil fazer uma desafectação um pouco maior"

O Senhor Deputado Joaquim Robalo Amaro disse:

"É com alegria que vejo tratado este problema, porque é uma situação que já se arrasta há alguns anos. É uma infra-estrutura que falta ao concelho e à Vila, sem dúvida que a criação deste complexo irá incentivar ainda mais as camadas jovens à prática do desporto, porque com condições condignas qualquer pessoa gosta de praticar desporto.

Questionou ainda o Senhor Presidente se de facto existe ou não algum tipo verba de apoio à construção deste tipo de infra-estruturas?"

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) começou por dizer o seguinte:

"Não podíamos estar mais de acordo com o iniciar do processo de construção de uma infra-estrutura desportiva. O local para o qual estava previsto o complexo desportivo não nos parecia de modo nenhum o mais indicado e o mais acertado, é com agrado que vemos uma proposta de localização que à partida nos parece muito mais favorável para esta infra-estrutura. Contudo, temos algumas reservas sobre a capacidade de alojar um complexo desportivo no espaço de terreno que está previsto, o que nos parece um espaço muito pequeno a menos que seja apenas um campo de futebol. Alerta também para o facto de a zona de protecção lhes parecer bastante reduzida.

Por último, expressei a minha preocupação pelo facto de ser necessário apresentar um pedido de suspensão parcial do PDM para este fim, tendo em vista que o processo de revisão do PDM foi iniciado há quatro anos.

Gostaria que o Senhor Presidente da Câmara esclarecesse se já foi convocada a Comissão Mista de Acompanhamento? Pelo que votaremos favoravelmente a suspensão do PDM."

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) em relação ao ponto em discussão questionou sobre:

"Qual é a opinião da comissão constituída para revisão do PDM sobre a localização da futura construção do Complexo Desportivo de Belmonte, e como encaixa este projecto nas prioridades definidas para a revisão?"

Disse que ao contrário do que o próprio nome indica "Complexo Desportivo" foi com algum desagrado que constatara que afinal não passa de mais um local para a prática do

futebol, se é para fazer um campo de futebol acho que não vale a pena, porque existe um. Esta localização é mais apropriada do que a anterior mas não se pense que as crianças do 1º ciclo e do pré-escolar tem autonomia para se deslocar a este local por si só, pelo que é preciso certamente acautelar essas situações. É mais uma obra "liliputiana" e "atamancada" à semelhança do que foi o Centro Educativo, do Parque Industrial, é tudo pequenino a querer lá meter coisas grandes. Uma obra desta natureza que vai requer largos investimentos, não deve confinar só à prática do futebol e deve ter outras variantes e possibilidades desportivas. Não votaremos favoravelmente a Suspensão Parcial do PDM porque o terreno é manifestamente pequeno, e num espaço tão reduzido vemos o futuro daquela infra-estrutura hipotecado."

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte disse:

"Embora opiniões contrárias, vale mais um campo de futebol pequenino mas com condições condignas para a prática desportiva do que não ter nada. Também gostaria de ter o tal complexo desportivo com outro tipo de infra-estrutura onde se pudesse praticar outro tipo de modalidades, mas na falta de melhor, se tivermos um recinto desportivo em condições é bem melhor do que nada."

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões que lhe foram colocadas da seguinte forma:

"Quanto às verbas anunciadas são destinadas ao financiamento da reconversão dos campos em terra para relvado sintético, o que não se enquadra para já neste tipo de projecto.

Relativamente aos terrenos onde a construção irá ser erigida são terrenos municipais, e a situação dos terrenos contíguos irá ser incluída num plano de protecção de forma a regulamentar a construção à volta desta infra-estrutura".

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar com 19 votos a favor do PS e do PSD e com o voto contra da CDU, a "Suspensão Parcial do Plano Director Municipal de Belmonte e Criação de Medidas Preventivas, com vista à Construção do Complexo Desportivo de Belmonte", bem como fixar em dois anos o prazo de vigência das medidas preventivas, a contar da data da sua publicação no Diário da Republica, prorrogável por mais um ano, nos termos Lei, caducando com a entrada em vigor da revisão do Plano Director Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que iria passar ao ponto seguinte e que estavam abertas as inscrições.

4.3 - CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO A LONGO PRAZO:

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) no que concerne ao ponto em discussão questionou o Senhor Presidente da Câmara Municipal sobre:

"Qual o montante deste empréstimo que cabe a cada obra das enunciadas na certidão que nos foi enviada?

Que tipo de intervenção se está a pensar realizar na Casa da Torre de Caria?"

O Senhor Presidente da Câmara respondeu às questões colocadas:

"Relativamente à primeira questão não posso neste momento dizer qual o montante que cabe a cada uma das obras, uma vez que não se pode afectar qualquer percentagem de forma definitiva porque pode acontecer que não seja possível realizá-las dentro do prazo de tempo em que decorre o empréstimo.

Em relação à Casa da Torre pretende-se criar um Centro Cívico com a componente integrada de um Centro de Estudos Arqueológicos."

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) disse que se iriam abster na votação deste ponto, porque uma proposta desta natureza deveria ser canalizada para as prioridades do desenvolvimento sustentado que tanto o concelho merece. Acrescentou que do ponto de vista das prioridades do concelho entendia mais correcto se o empréstimo destinado ao Complexo Municipal fosse canalizado para a construção do Centro Educativo de Caria e uma parte para regularização das carências e das anomalias que o Centro Educativo de Belmonte apresenta.

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte no seguimento da anterior intervenção disse:

"Hoje devo dizer-lhe que não gostei das suas intervenções, porque não fui eu que disse, foi a Senhora, "que sussurravam para aí, que era uma questão de investimento em Belmonte ou em Caria", infelizmente fiquei com essa sensação, nós não estamos aqui para dividir, estamos aqui para unir e para trabalhar para o mesmo concelho."

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) disse o seguinte:

"Esta minha intervenção foi suscitada pela intervenção anterior da Senhora Deputada, da qual discordo. Para nós não se trata de investir no ensino em quantidade, consideramos que isso é o «assassínio do ensino» a nós não nos importa muito ensino, importa-nos muita aprendizagem. O muito ensino em Portugal com reforços orçamentais absolutamente superiores à nossa capacidade e condição não tem correspondido em grande aprendizagem. Todos estamos muito empenhados no ensino, mas em termos de qualidade, porque em termos de investimento quantitativo monetário e económico parece-me que à que ponderar. Para nós, os professores bons são uma classe inolvidável, parafraseando alguém «nem todos podem ser coronéis» todos tivemos bons e maus professores."

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) disse o seguinte:

"Entendemos que é de aproveitar a oportunidade de contracção deste empréstimo face à legislação vigente, a capacidade de endividamento do município ainda é possível, por isso mesmo a DGAL permite esta possibilidade de empréstimo, até porque antevemos que municípios como de Belmonte irão ser prejudicados em termos da Lei das Finanças Locais. Contudo mais uma vez as prioridades e as estratégias do Senhor Presidente não são as nossas, por isso mesmo entendemos que a fundamentação para contrair este empréstimo a sua utilização e aplicação, com base no Complexo Desportivo de alguma forma podemos assumir na expectativa de ter nova participação para o concretizar, já para o caso da recuperação da Casa da Torre temos muitas reservas e dúvidas em relação à finalidade e utilização desta infra-estrutura. Entendemos que mais um centro arqueológico não trará nada de novo a este concelho, e não trará nada sobre o ponto de vista da produtividade e

criação de riqueza. Pelo que subscrevíamos mais a aplicação destas verbas em infra-estruturas que sejam reprodutivas sobre o ponto de vista daquilo que queremos que engrandeça este concelho, pelo que uma obra como o Centro Educativo de Caria faria mais sentido. Iremos votar favoravelmente a contracção do empréstimo, mas deixamos claro a nossa oposição às estratégias e definições daquilo que achamos mais prioritário para o desenvolvimento do Concelho de Belmonte.”

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que relativamente à intervenção na Casa da Torre de Caria o seguinte:

"Estamos muito limitados no tipo de intervenção possível naquele edifício, uma vez ser um edifício classificado. O que nos foi permitido foi só a recuperação das fachadas exteriores conforme estão e inclusive foi-nos sugerido que fossem utilizados quase os mesmos materiais que lá existiam. E também derivado ao seu interior reduzido não foi possível tecnicamente encaixar lá nada que pudesse levar a uma solução mais interessante no que diz respeito ao desenvolvimento local. Embora esta solução me pareça ter aspectos que poderão criar alguma dinâmica local."

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) em defesa da honra disse:

"Gosto de desporto, gosto de praticar desporto e é precisamente por isso que não concordo com a solução aqui apresentada para o Complexo Municipal que se confina à prática do futebol.

Relativamente a uma outra intervenção, lembro que, estamos e estaremos sempre disponíveis para um debate aberto, seja no âmbito da Assembleia Municipal seja em qualquer outro âmbito do ponto de vista da educação, porque consideramos ser um assunto deveras pertinente da nossa sociedade."

O Senhor Presidente da Assembleia pôs à votação o ponto sobre a contratação de um empréstimo a longo prazo para realização de investimentos municipais no valor de 687.596,00 €, o qual faz parte integrante desta acta e se arquiva em pasta anexa.

Tendo a Assembleia deliberado, por maioria, aprovar o documento supra citado, com 19 votos a favor do PS e do PSD e com a abstenção da CDU.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou declaração de voto.

"Declaração de voto:

A CDU absteve-se na Contratação de Empréstimo Longo Prazo presente a esta Assembleia Municipal para apreciação e votação.

Este voto de abstenção pretende viabilizar a pertinente e urgente intervenção na Casa da Torre de Caria, sob pena de, não ser feita, o edifício poder atingir um estado de degradação que comprometeria e tornaria mais onerosa a sua futura intervenção.

Não se considera, no entanto, prioritário o endividamento do município na execução de um Complexo Desportivo, a que mais não é do que um Campo de Futebol e que pela localização dificilmente poderá ter obras que permitam poder ter esse nome. Isto é, a localização prevista não permite expansão futura daquela infra-estrutura.

É justamente, por se valorizar e muito a importância do desporto que não podemos dar aval a um projecto que não o trata com a dignidade que merece.

Ainda se considera que em termos de prioridades opostas na Educação faria mais sentido para o desenvolvimento sustentado do Concelho. Falamos de construção do futuro "Centro Educativo de Caria" e obras de beneficiação para combater carências e ultrapassar problemas do Centro Educativo de Belmonte.
A Eleita da CDU."

4.4 – APRESENTAÇÃO, DISCUSSÃO E APROVAÇÃO DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E ORÇAMENTO PARA O ANO DE 2007.

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD).

O Senhor Deputado Acácio Bernardo Nunes Dias (PSD) disse o seguinte:

"O Exmo. Executivo tinha habituado esta Assembleia à apresentação destes documentos devidamente encadernados, o que não se verifica desta vez, dificultando de alguma maneira o seu manuseamento e leitura. Aceitamos no entanto esta apresentação ciente da necessidade de contenção orçamental.

Estamos hoje presentes nesta Assembleia Municipal, para analisar, discutir e votar um documento que reflecte efectivamente quais são os objectivos desta Câmara para o futuro próximo, mas que à semelhança de outros, condicionará o futuro desenvolvimento deste Concelho.

Diríamos que se esta Assembleia Municipal tivesse a presença de pelo menos dez por cento dos eleitores deste Concelho e que analisassem o que está verdadeiramente intrínseco neste documento, não seria necessária qualquer campanha eleitoral, para que este Executivo fosse penalizado ou não, em futuras eleições autárquicas.

Assim não é. Esta Assembleia raramente conta com a presença de público interessado no desenvolvimento da sua Terra. Publico que possa ouvir e divulgar as propostas de desenvolvimento apresentadas pelo Exmo. Executivo Municipal neste documento.

Mas palavras levam-nas o vento. Das propostas eleitorais contidas nos programas eleitorais, conducentes ao desenvolvimento, quase nada se concretizou. Das promessas de então também quase nada se vê nas Grandes Opções do Plano.

Capta-se a simpatia de algum eleitorado com viagens e festas de charme político e com subsídios às Associações, algumas das quais não conseguem justificar nem o seu plano de actividades nem as suas contas de gerência. Existem porque existem.

O futuro estratégico que este documento reflecte é verdadeiramente o deixa correr ao sabor das águas, deixa voar ao sabor do vento. Gestão corrente de um Município moribundo.

As grandes obras estruturantes para o futuro e que há vários anos vêm sendo prometidas não só em campanhas eleitorais, mas também em anteriores Planos de Actividade, não passaram efectivamente de quimeras.

Darei alguns tristes exemplos:

O complexo desportivo, que há mais de vinte anos tem tido diversas localizações, continua a ser uma promessa, agora para um terreno em que ficará fortemente condicionado, quer em termos de expansão futura quer em termos de estacionamento.

A variante oeste a Belmonte continua a ser adiada.

A ligação ao nó sul da A23 não obtém financiamento.

A nova variante leste a Caria não consta deste documento.

A nova Ponte de São Sebastião em Caria continua a condicionar o trânsito e o desenvolvimento da vila.

Os nossos mercados e feiras continuam sem local adequado para a sua realização, continuando a condicionar o trânsito dentro da vila e a degradar os pavimentos.

Da Biblioteca Municipal nem sequer ouvimos falar.

O centro coordenador de transportes foi definitivamente abandonado.

O parque industrial que há muito tempo o Exmo. Senhor Presidente nos informa que está ocupado, continua sem a devida ocupação.

Na área da habitação, não consigo compreender a política desta Câmara. Do loteamento Municipal existente, nem um só lote se encontra cedido. Qual a política desta Câmara ao não colocar à venda os, lotes que tem disponíveis?

Através deste documento, chegamos facilmente à conclusão que vivemos num Município cada vez mais adiado. As perspectivas de futuro na vertente emprego são nulas, porque o Executivo não cria condições de fixação de novas empresas, quer através de um verdadeiro parque industrial, quer através da criação de acessibilidades à A23, quer dinamizando a criação de mão-de-obra disponível, através da fixação de população, colocando à sua disposição os lotes municipais.

Se a iniciativa privada não descobre Belmonte, deverá ser a Câmara a efectuar um esforço para captar potenciais investidores, criando-lhes condições favoráveis.

A grande aposta do Executivo nos últimos anos tem sido em fazer deste Concelho e principalmente desta Vila uma «Aldeia Histórica».

Poderíamos concordar com este objectivo se simultaneamente houvesse um crescimento sustentado dos restantes sectores de actividade económica empresarial, social, cultural e de bem-estar, mas com o apoio prestado a estas actividades fundamentais ao desenvolvimento e à fixação da população, será a vila de Belmonte dentro de alguns anos (poucos), visitada por Turistas à procura das ruínas de uma Aldeia Histórica, ou quem sabe, mais tarde, à procura das ruínas de uma Aldeia Histórica.

Orçamento para o ano de 2007:

Procedemos à análise da receita e da despesa, quer corrente, quer de capital e verificamos que a despesa corrente não está balanceada com a receita corrente, bem como a despesa de capital não está balanceada com a receita de capital.

Será possivelmente um erro de adição que poderá posteriormente ser rectificado.

Receitas correntes:

Impostos directos	614 255,00 €
Impostos indirectos	22 110,00 €
Taxas	75 105,00 €
Rendimentos de propriedades	9 29,00 €
Transferências correntes	2 459 255,00 €
Venda de bens	615 220,00 €
Outras receitas	95 060,00 €

Total: 3 890 295,00 €

Despesas correntes:

Administração Autárquica Assembleia	10 600,00 €
Administração Autárquica Câmara	2 873 950,00 €
Operações financeiras	54 550,00 €
Classes inactivas	6 000,00 €
Divisão Administrativa e Financeira	155 500,00 €
Divisão Técnica	704 750,00 €
Serviços de abastecimento	20 940,00 €
Total:	3 830 290,00 €

Diferença: 60 005,00 €

Receitas de capital:

Venda de bens	4 886 155,00 €
Passivos financeiros	250 000,00 €
Outros	66 690,00 €
Total:	5 202 845,00 €

Despesas de capital:

Aquisição de bens de capital	2 330 350,00 €
Operações financeiras	221 000,00 €
Aquisição de bens	2 686 500,00 €
Outros	25 000,00 €
Total:	5 262 850,00 €

Diferença: 60 005,00 €

Quanto ao orçamento para o ano de 2007, a nossa análise tão pormenorizada quanto possível, conduz-nos à efémera realidade de que este orçamento não é exequível em nenhuma das suas vertentes.

A previsão global da receita de 9 023 140,00 euros assenta em pressupostos errados e irrealizáveis, condicionando obviamente todo o documento na vertente da despesa.

No que se refere à receita corrente no valor de 3 890 225,00 euros, 63% é proveniente do Fundo de Equilíbrio Financeiro, do Fundo Social Municipal e da participação no IRS.

Para além daquele montante tem alguma garantia de realização o valor do IMI, do IMT e do Imposto Municipal sobre veículos (Tínhamos razão quando defendemos uma maior baixa no valor do IMI). Tudo o resto são trocos e de imprevisível realização.

Analisando convenientemente a receita corrente, comparando-a com a despesa corrente, chegamos à conclusão de que toda a receita é gasta com as despesas de funcionamento desta Câmara, destacando-se significativamente pela negativa, os encargos de instalação (330 000,00), os Estudos Pareceres, Consultadoria e Projectos (246 000,00) Instituições sem Fins Lucrativos (225 000,00) e Empresas Públicas Municipais (200 000,00).

Quanto à receita de capital, esta assenta fundamentalmente na transferência de capital através do FEF e do FEDER, no montante de 3 650 805,00 euros, representando 40% do orçamento da receita total ou melhor ainda 70% da receita de capita. O restante valor

provem da venda de terrenos no montante de 1 208 350,00 euros, o que representa 23% da receita de capital. De referir ainda 250 000,00 euros de Passivos Financeiros.

Considerando que a realização de cerca de 1 200 000,00 euros na venda de loteamento é improvável, a viabilidade deste Plano de Actividades e Orçamento não é razoável

Em boa verdade, para realizar 1 200 000,00 euros na venda de lotes, seria necessário alienar 60 lotes ao preço de 20 000,00 euros cada.

Haverá neste momento disponibilidade financeira na população para a aquisição desses lotes?

A estatística histórica garante-nos que não, quer pela vontade e dinamismo demonstrados pela Câmara que não colocou à venda este loteamento que consideramos pronto há mais de três anos, quer pelos interessados eventualmente disponíveis

Em consequência dos números que nos são apresentados através deste Orçamento bem como das políticas imergentes das Grandes Opções do Plano, não nos parece que possa haver inovação, desenvolvimento, novos projectos, criação de postos de trabalho e bem-estar, atracção de novos investidores que possam conduzir ao desenvolvimento sustentado e futuro do Concelho.

Sugerimos ao Exmo. Executivo maior dinamismo na captação de investimentos para o concelho. “

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU), no que concerne ao ponto em questão disse:

"Começava por colocar algumas questões:

Onde pretende o Executivo localizar o Centro Educativo e Gimnodesportivo de Caria?

Qual vai ser o impacto do preço da água face à Lei-Quadro recentemente aprovada e ao novo regime de tarifário que está a ser proposto pelo Governo?

Relativamente à falada Rede Colectora de Caria na nossa opinião faria mais sentido criar uma circular a Malpique passando pela Castanheira e fazendo uma ponte mais a Norte do que a que está pensada, pelo que resolveria o problema da localização das empresas e industrias que estão junto da entrada da Ponte de São Sebastião.

Relativamente às Grandes Opções do Plano e Orçamento:

A venda de bens de investimento é ano após ano uma rubrica recorrente em relação ao seu empolamento no Relatório de Contas que reflecte a sua realização. Percebemos que isto sob o ponto de vista político há interesse em incluir obras para empolar o orçamento mas, sob o ponto de vista da informação que deve ser prestada aos munícipes é errado porque induz em erro em relação às obras que são obras que a Câmara planeia fazer durante o período do orçamento.

Uma chamada de atenção em relação à verba destinada à Empresa Municipal, que mais uma vez vai ser brindada com 200 mil euros, que para comissão de festas não está mal paga, se tivermos em atenção que os três Administradores custaram em 2006 a todos os munícipes, 27 mil euros só para poderem contratar empresas para fazer festas, reafirmamos a ideia que é dinheiro municipal muito mal empregue e que certamente o município directamente faria melhor.

Depois, contraditoriamente passa-se que as verbas para as freguesias, diminuem relativamente a 2006, demonstrando que a Câmara não aposta naquilo que deve ser a

descentralização das verbas para aqueles que são os intérpretes mais próximos da população, pelo que deveria haver um plano de investimentos e de transferência de competências para as freguesias.

Ainda dar nota do seguinte, o Senhor Presidente da República mandou hoje para o Tribunal de Constitucional a Lei das Finanças Locais demonstrando que a CDU tinha toda a razão quando trouxe a esta Assembleia a moção que alguns votaram contra. Penso que é por demais significativo de que é uma lei que tem cambiantes que podem vir interferir não só no orçamento municipal como no orçamento de estado."

O Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Acácio Dias disse:

"Não tenho dúvidas que o Senhor é um daqueles que enriquece esta Assembleia com as suas intervenções. Mas, o Senhor Deputado, disse que com a forma de gestão deste Executivo, havia tendência para que Belmonte se viesse a transformar numa Aldeia Histórica. Em minha opinião não me incomoda nada que Belmonte se transforme numa Aldeia Histórica, porque Belmonte está muito bonito e tenho escutado os mais rasgados elogios de algumas pessoas que nos visitam. Mas também sei que a beleza só por si não chega, o que me preocupa não é que Belmonte se venha a transformar numa Aldeia Histórica é que Belmonte se transforme num enclave. Em relação a outra questão devo dizer-lhes que enquanto Presidente da Junta de Freguesia de Belmonte não tenho receio de carregar com toda a responsabilidade da retoma do desenvolvimento socioeconómico de Belmonte se me fizessem duas ou três obras daquelas que os Senhores chamam de grandes obras estruturantes, como as acessibilidades e as ligações à A23 que não temos nem a Norte nem a Sul desta freguesia ou a ligação ao Parque Industrial ou deslocalização deste, porque é aqui que reside o problema. Pelo que votarei favoravelmente o orçamento apresentado pelo Executivo Municipal."

O Senhor Deputado José Carlos Dias Duarte Gonçalves (PSD) começou por comentar a intervenção do Senhor António Manuel Gonçalves Rodrigues e disse:

"O Senhor acabou de me surpreender, porque Belmonte tem mesmo um problema, e se resolvesse-mos esse problema que são duas ou três questões o problema de Belmonte deixava de existir, passaríamos a ter desenvolvimento e crescimento económico para as nossas populações. O Senhor até indicou quais são esses problemas o que é curioso e que não reendivicou que esses problemas fossem resolvidos pelo Executivo Municipal.

Este orçamento para o ano de 2007 é um orçamento de Aldeia Histórica, porque 25% deste, são do Programa das Aldeias Históricas, o que quer dizer que se retirarmos essa fatia esta proposta de orçamento é meramente gestão corrente e pouco mais. Mais uma vez se notam as diferenças de estratégias e daquilo que pensamos que é importante para o concelho, estão definidos 850 mil euros e mais 200 mil euros a definir para Beneficiação e Recuperação de Estradas, o que significa 10% do orçamento. Justifica-se esta verba toda? Ainda que tanto mais sabemos que muitos dos caminhos agrícolas sob o ponto de vista da recuperação são feitos à custa de participações financeiras do Programa AGRO, pelo que questionamos mais uma vez esta estratégia.

É um orçamento que se não tivesse a sustentabilidade do Programa das Aldeias Históricas era de gestão corrente. Como nada disto são as nossas prioridades votaremos contra as Grandes Opções do Plano e Orçamento para o ano de 2007, mas o PSD dá liberdade de voto ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre."

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) no que concerne ao ponto em apreciação e discussão, disse:

"Em primeiro lugar é de salutar o trabalho pessoal técnico na elaboração deste orçamento.

Em segundo lugar, nas últimas eleições demo-nos conta da forma ponderada e equilibrada em que Senhor Presidente da Câmara Municipal captou os votos dos munícipes e por essa via temos que considerar que o concelho quis este tipo de actuação. Temos que respeitar a vontade dos munícipes.

Em todo o discurso eleitoral desta lista foi fundamental o cuidado, a insistência na solidariedade social, com os idosos, com os jovens assim como o bem-estar dos munícipes. Parece-me que resulta deste orçamento uma grande preocupação e um grande interesse pelo bem-estar dos idosos e da juventude. Isto é muito, num concelho do interior como é o nosso, porque as pessoas de idade constituem uma percentagem muito grande da população e se criarmos bem-estar aos idosos já uma grande parte dos munícipes tem na sua câmara o hábito e o pugar pelo bem-estar.

Há porventura condicionantes neste orçamento, de que o Senhor Presidente desejando o bem-estar do município teve que se confrontar com essas condicionantes, pelo que neste contexto votaremos favoravelmente este orçamento."

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) relativamente ao ponto em debate acrescentou o seguinte:

"Uma das questões que se constata neste documento é que tem uma dotação inferior em mais de 1,700 mil euros, em relação ao do ano anterior, isto certamente não é indiferente a aplicação da futura Lei das Finanças Locais."

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão. Tendo a Assembleia Municipal deliberado, por unanimidade aprovar a proposta apresentada.

O Senhor Presidente da Assembleia passou ao ponto seguinte da ordem de trabalhos.

O Senhor Presidente da Câmara esclareceu os Senhores Deputados relativamente a algumas questões que lhe foram colocadas:

"Relativamente à intervenção do Senhor Acácio Dias, quando fala do loteamento municipal queria esclarecer que não temos um loteamento com lotes disponíveis mas sim quatro loteamentos e posso acrescentar que estamos em negociações para aquisição de terrenos nas outras freguesias de forma a completarmos a rede destinada a habitação promovida pela Câmara Municipal.

Em relação à intervenção da Senhora Deputada Dulce Pinheiro, tenho que esclarecer que é óbvio que não posso ter orçamentado mais do que aquilo que está para fazer obras que ainda não têm projecto, as verbas que chama de simbólicas são verbas destinadas à execução de projectos. Em relação ao impacto do preço da água para o concelho será aquele

que o executivo municipal quiser que tenha, será uma decisão que se terá que tomar em devido tempo.

Relativamente às acessibilidades à A23 não são da responsabilidade da Câmara Municipal são da competência do IEP, é óbvio que a Câmara tem vindo insistir para que essas ligações sejam feitas, para que a ter as ligações dos nós a Belmonte com seria desejado e correcto.

O estrangulamento do tráfego junto à Ponte de São Sebastião resolve-se com uma pequena variante com ligação à Catraia de Caria e à rotunda junto a Carveste.

Relativamente as estratégias para o desenvolvimento para o Concelho de Belmonte, devo dizer-lhes que temos uma rede rodoviária como todos sabem, bem conservada e em muito bom estado; Na Acção Social temos a rede de Centros de Dia com uma cobertura praticamente completa; Na Educação temos o Centro Educativo e a Escola de Música que oferecem uma elevada qualidade para o ensino; Nas actividades económicas temos um Parque Empresarial e Industrial, pelo que estarei receptivo na abordagem do interesse de algum empresário que ali se queira instalar e farei todos os esforços ao meu alcance para cativar investimentos para este concelho; Na questão da divulgação do concelho temos a oferta do museus temáticos que tem bastante oferta em termos turísticos e que por sua vez e bastante boa, muito boa, em que em 2005 foram contabilizadas 2219 entradas e no ano de 2006 até a data já vamos 41105 o quer dizer algo, o quer dizer que existe uma estratégia.

Para testemunhar a defesa nos interesses do município no que concerne à captação de recursos externos, devo dizer que estamos a apresentar projectos, isso significa empenhamento por parte do Executivo, agora não podem é querer que as vossas prioridades e estratégias sejam iguais às nossas, senão estariam aqui reflectidas neste documento.

Para concluir, queria dizer que podem estar descansados que este Executivo Municipal fará tudo o que estiver ao seu alcance no sentido de promover o bem-estar dos seus munícipes bem com fará tudo no sentido de tentar procurar as melhores soluções para o desenvolvimento e crescimento deste concelho."

O Senhor Presidente da Assembleia informou que se iria passar à votação do ponto em discussão.

A Assembleia deliberou, por maioria, aprovar o documento supra citado, com 12 votos a favor do PS, 7 votos contra do PSD e da CDU e com a abstenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Colmeal da Torre.

O Senhor Deputado José Martins da Fonseca (PS) interveio em nome do Grupo Parlamentar do PS desejando um feliz natal e um bom ano novo a todos os presentes.

A Senhora Deputada Maria Dulce Ribeiro Pinheiro (CDU) apresentou declaração de voto:

"Declaração de voto:

Apreciação das Grandes Opções do Plano e Orçamento para 2007 da Câmara Municipal de Belmonte

O Plano e o Orçamento para 2007, propostos pela maioria socialista, à semelhança de anos transactos continua a não fazer frente aos desafios e problemas mais sentidos, nomeadamente, a necessidade de criação de emprego e a dinamização socioeconómica.

Embora este Plano e Orçamento, tenha em relação a 2006 uma dotação inferior, a que certamente não é alheia a má lei de finanças locais aqui apoiada pelo PS, a verdade é que ainda assim e mais uma vez, as previsões de receita continuam irrealistas. A rubrica "Venda de bens de investimento", com uma previsão de 1 milhão 235 mil euros, é disso exemplo. Incapaz de fazer poupança corrente, o expediente da venda de bens de investimento para empolar o orçamento pode servir os interesses da maioria política para incluir obras, mas não serve os interesses do concelho. Aliás, não deixa de ser elucidativo que em relação a 2006, as despesas correntes - de funcionamento - aumentem, ao passo que as receitas correntes diminuam, quando o contrário é que seria necessário. Poupar mais, mais dinheiro sobriaria para realizar obras.

As apostas sob o nosso ponto de vista essenciais, permanecem com valores residuais, tais como: a habitação social com 2.500 euros (metade do previsto em 2006), ou a criação de emprego, onde permanece o desnorte.

Obras decisivas como a Construção da Nova Ponte de São Sebastião entre outras vias estruturantes, como a VICEB, Variante Este a Caria, vêm novamente no plano exactamente com as mesmas verbas residuais, isto é, na ordem dos 5 mil euros – mil contos. Mais um ano em que estas obras não saíam do papel.

Natal, Natal é para a empresa municipal. Mais 200 mil euros em 2007. Como comissão de festas não estão mal pagos, bem pelo contrário - 3 Administradores custaram em 2006 a todos os munícipes, 27 mil euros - 5400 contos. A cada ano que passa, mais se confirma a necessidade de extinção desta estrutura como uma medida de boa gestão. E assumir os erros não fica mal a ninguém.

Para as Freguesias diminuem quer as transferências correntes, quer as de capital. Esta é uma Câmara centralista. Tudo isto porque não existe vontade política para realizar um Plano de Investimentos para as Freguesias ao abrigo dos protocolos de descentralização de competências.

Para a CDU este Plano e Orçamento demonstram que esta maioria política é mais do mesmo. Sem visão, sem projecto, sem criatividade, navegando à vista.

Tal como afirmámos o ano passado, há obras previstas que necessitam de ser concretizadas e algumas delas só pecam por atraso. Mas o que encontramos neste Plano e Orçamento é um conjunto de promessas, muitas desconstruídas com o que o concelho necessita e exige, e outras falsas necessidades.

Por isso, o voto da CDU que no ano transacto ficou no limite da abstenção como então afirmámos, é hoje um voto contra uma estratégia incapaz de fazer avançar e progredir o concelho de forma sustentada.

A Eleita da CDU."

5 – 2º PERÍODO DE INTERVENÇÃO DOS SENHORES MUNICÍPES:

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao público presente não tendo havido qualquer intervenção.

O Senhor Presidente da Assembleia propôs a aprovação de todas as deliberações em minuta, tendo a Assembleia deliberado aprovar por unanimidade.

E, nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada esta reunião, da qual eu, _____, Primeiro Secretário da Mesa, redigi, subscrevi e assino a presente acta.